

**ASSEPRO  
AGENDA LEGISLATIVA  
LEGISLATIVO FEDERAL**

DE 11 A 15 DE SETEMBRO DE 2017

Atualizada em 11/09/2017 17:46

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****PLENÁRIO** / Sessões ordinárias e extraordinárias nos dias 13, 14 e 15/09.

**MPV 783/17**, do Poder Executivo, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional". Item nº 1 da sessão de 14/09.

Relator: deputado Newton Cardoso Jr.

Parecer da Comissão Mista: pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 6, 11 a 13, 16, 24, 28, 32, 41, 54, 67, 69, 76, 84, 86, 102, 106, 113, 115, 117, 133, 136, 139, 151, 153, 172, 175, 185, 187, 196, 205, 207, 211, 222, 242, 244, 256, 264, 265, 277, 280 e 305; pelo acolhimento parcial das Emendas de nºs 116, 129, 135, 137, 167, 195, 281 e 306, na forma Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5, 7 a 10, 14, 15, 17 a 23, 25 a 27, 29 a 31, 33 a 40, 42 a 53, 55 a 66, 68, 70 a 75, 77 a 83, 85, 87 a 90, 92 a 101, 103 a 105, 107 a 112, 114, 118 a 128, 130 a 132, 134, 138, 140 a 150, 152, 154 a 166, 168 a 171, 173, 174, 176 a 184, 186, 188 a 194, 197 a 204, 206, 208 a 210, 212 a 221, 223 a 241, 243, 245 a 255, 257 a 263, 266 a 276, 278, 279, 282 a 304, e 307 a 309. A emenda de nº 91 foi retirada pelo autor.

**PL 333/99**, do deputado Antônio Kandir, que "Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial". Item nº 4 da sessão de 14/09.

CDC: parecer do deputado Paulo Lima, pela aprovação.

CDEICS: parecer do deputado Léo Alcântara, pela aprovação.

CCJC: parecer do deputado Paulo Magalhães, pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.

**PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que "Disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências". Item nº 38 da sessão de 14/09.

CTASP: do deputado Milton Monti, pela aprovação do projeto.

CCJC: da deputada Cristiane Brasil, pela constitucionalidade, com emendas, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação projeto e do PL 1961/15, apensado, com substitutivo.

**REQ 3986/16**, dos Líderes Partidários, que requer urgência para apreciação do **PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Item passível de inclusão na pauta.

**REQ 4990/16**, dos Líderes, que "Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 5130/16**, do deputado João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014" (propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção). Item passível de inclusão.

**REQ 6344/17**, dos Líderes, que "Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que altera o Marco Civil da Internet, Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet". Item passível de inclusão.

**REQ 6045/17**, dos Líderes, que requer urgência para apreciação do **PL 4614/16**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Item passível de inclusão.

**REQ 6356/17**, dos Líderes, que "Requer urgência para apreciação do **PL 6917/17**, do deputado Aureo, que dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação – CDV". Item passível de inclusão.

## Terça-feira (12/09)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC / Plenário 1, às 14h30.

**PEC 181/12**, do deputado Irajá Abreu, que "Estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos, e dá outras providências". Item nº 8.

Relator: deputado Rogério Rosso.

Parecer: pela admissibilidade.

Concedida vista conjunta aos deputados Elizeu Dionizio, Marcos Rogério e Patrus Ananias, em 15/08/2017.

**PEC 185/15**, da deputada. Renata Abreu, que "Acrescenta o inciso LXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, para assegurar a todos o acesso universal a Internet entre os direitos fundamentais do cidadão". Item nº 10.

Relator: deputado Hildo Rocha.

Parecer: pela admissibilidade.

**PL 3163/15**, do deputado Danilo Forte, que "Define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências" (torna crime a prática de corrupção no âmbito do setor privado quando cometida no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais). Item nº 17.

Apensados: PL 3438/15 e PL 6122/16.

Relator: deputado Tadeu Alencar.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3438/15 e do PL 6122/16, apensados, com substitutivo.

**PL 2470/07**, do deputado Paulo Teixeira, que "altera a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, "que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua e dá outras providências". Item nº 30.

Relator: deputado Felipe Maia.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda.

**PL 90/2015**, do deputado Adail Carneiro, que "Altera o art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências". Item nº 45.

Relator: deputado Maia Filho.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

**PL 1964/15**, do deputado Giuseppe Vecci, que "Altera a Lei n.º 7.827, de 29 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO". (Permite que os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) financiem as atividades produtivas desenvolvidas por pessoas jurídicas ou físicas ligadas à economia criativa). Item nº 49.

Relator: deputado Thiago Peixoto.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Concedida vista ao Deputado Marcos Rogério, em 22/08/2017.

**PL 4520/16**, do deputado William Woo, que "Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que trata da concessão de assistência judiciária aos necessitados, fazendo incluir entre os beneficiários desta Lei as pessoas jurídicas individuais ou Microempresários (ME) e os Microempreendedores Individuais (MEI)". Item nº 56.

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

## Quarta-feira (13/09)

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS – CDEICS / Plenário 5, às 9h30.**

**PL 1523/15**, do deputado Eli Corrêa Filho, que "Altera o art. 980-A da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que trata da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)". Item nº 6.

Relator: deputado Adail Carneiro.

Parecer: pela aprovação deste, na forma do substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2015 da CDEICS.

**PL 7546/17**, do deputado Luiz Carlos Ramos, que "Altera a redação do caput do art. 20 da lei nº 5.474 de 18 de julho de 1968, visando aprimorar a lei sobre as duplicatas" (estabelece que as empresas que atuem no ramo de locação de bens móveis poderão emitir fatura e duplicata). Item nº 18.

Relator: deputado Jorge Côrte Real.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI / Plenário 13, às 10h.**

**REQ 240/17**, dos deputados Celso Pansera e Danrlei de Deus Hinterholz, que "Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "A importância da CEITEC S.A. para o desenvolvimento do setor de microeletrônica nacional e a soberania tecnológica neste segmento da economia". Item nº 1.

**PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que "Altera o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet". Item nº 3

Apensados: PL 7170/17, PL 7047/17 (Apensados: PL 7430/17 (Apensados: PL 7506/17 e PL 7538/17) e PL 7441/17), PL 7458/17, PL 7460/17 e PL 7917/17)

Relator: deputado Junior Marreca.

Parecer: pela aprovação deste, do PL 7047/17, do PL 7170/17, do PL 7458/17, do PL 7460/17, do PL 7917/17, do PL 7430/17, do PL 7441/17, do PL 7506/2017, e do PL 7538/2017, apensados, com substitutivo. O deputado Wladimir Costa apresentou voto em separado pela aprovação do PL 7430/2017 e rejeição dos demais projetos apensados em 12/07/17.

**PL 2993/15**, do deputado Ronaldo Carletto, que "Dispõe sobre os aplicativos de mensagens multiplataforma na Internet". Item nº 5.

Apensado: PL 3003/2015)

Relator: deputado Arolde De Oliveira.

Parecer: pela aprovação deste, do PL 3003/2015, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, com substitutivo.

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP / Plenário 12, às 10h.**

**PL 6788/17**, do Poder Executivo, que "dispõe sobre o cargo de Analista em Tecnologia da Informação da Carreira de Tecnologia da Informação, cria o Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União, estrutura a Carreira de Suporte às Atividades Tributárias e Aduaneiras da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências". Explicação: Altera as Leis nº 10.480, de 2002 e 11.907, de 2009. Item nº 4.

Relator: deputado Assis Melo.

Parecer: pela aprovação do Projeto de Lei e das emendas oferecidas a ele na CTASP, de nºs 2, 3, 4, 5, 7, 8, 13, 15, 16, 19, 21, 25, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 47, 48, 49, 50, 52, 53 e 55, pela aprovação parcial das emendas oferecidas ao Projeto de Lei também na CTASP, de nºs 16, 17, 20, 23, 24, 27, 30, 31, 44 e 54, pela aprovação integral das emendas oferecidas ao primeiro substitutivo, na CTASP, de nºs 2, 5, 6 e 11 e pela aprovação parcial das Emendas oferecidas ao Primeiro Substitutivo também na CTASP, de nºs 3, 7, 8, 9, 10 e 12, na forma de novo substitutivo, rejeitando-se as demais emendas oferecidas no âmbito desta Comissão.

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT / Plenário 4, às 10h30.**

**PLP 420/14**, do deputado Pedro Eugênio, que "Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária que grave o Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional" (substituição Tributária do ICMS). Item nº 6.

Apensado: PLP 449/14.

Relator: deputado Aluisio Mendes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 420/2014 e do PLP 449/2014, apensando; e, no mérito, pela aprovação do PLP 420/2014, e do PLP 449/2014, apensado, com substitutivo.

**PLP 212/12**, do deputado Anthony Garotinho, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, acrescentando parágrafo único ao art. 12" (as microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional não poderão ser incluídas no regime de substituição tributária em seus respectivos Estados). Item nº 9.

Apensado: PLP 225/12

Relator: deputado Julio Lopes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PLP 212/12, do PLP 225/12 apensado e do Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, no mérito, pela rejeição do PLP 212/12, do PLP 225/12 apensado e do Substitutivo da CDEICS.

**PL 6097/05**, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para instituir desonerações fiscais" (cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos e aparelhos destinados às pessoas portadoras de deficiência). Item nº 17.

Apensados: PL 6180/05 e PL 2399/07

Relator: deputado Enio Verri.

Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 6097/2005, dos PL's 6180/2005 e 2399/2007, apensados, da Emenda da CSSF e da Emenda da CDEICS.

## **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE / Plenário 9, às 11h.**

**Audiência Pública** – Tema: “Expor e debater com a Comissão as principais ações e projetos do Ministério do Trabalho e Emprego”.

Convidado:

- Ronaldo Nogueira, ministro do Trabalho e Emprego.

**COMISSÃO ESPECIAL DO BANCO CENTRAL REGULAR MOEDAS VIRTUAIS (PL 2303/15) / Plenário a definir, às 14h30.**

## **Audiência Pública** – Tema: “Debater a matéria”.

Convidados:

- Representante da Bitcointoyou;
- Jorge Alexandre Casara, Representante da CVM;
- Antônio Carlos Ferreira de Sousa, Diretor de Inteligência Financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF;
- Igor Rodrigues Britto, Advogado, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC;
- Representante da Mercadobitcoin.

**COMISSÃO ESPECIAL DO MARCO REGULATÓRIO DA ECONOMIA COLABORATIVA** / Plenário a definir, às 14h30.

**Pauta:** Eleição dos cargos de 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes; Definição do Roteiro de Trabalho; e Deliberação de requerimentos.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO** / Plenário 6, às 15h.

**PL 5202/16**, da CPI dos Crimes Cibernéticos, que "Inclui os crimes praticados contra ou mediante computador, conectado ou não a rede, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado ou de telecomunicação no rol das infrações de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um Estado da Federação ou no exterior". Item nº 3.

Relator: deputado Cabo Sabino.

Parecer: pela aprovação.

**PL 5074/16** (PLS 730/15), do senador Otto Alencar, que "Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet". Item nº 4

Relator: deputado Major Olímpio.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

**COMISSÃO ESPECIAL DO CÓDIGO COMERCIAL (PL 1572/11)** / Anexo II, Sala 175B Piso Superior, às 15h.

**Pauta:** Reunião de Trabalho interna da comissão para análise do texto do relator.

## **SENADO FEDERAL**

### **Segunda-feira (11/09)**

**CDH – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO – CDHET** / Plenário 6, às 9h.

## **Audiência Pública** – Tema: “Princípios da OIT e da Constituição para o trabalho”.

Em atendimento ao requerimento do senador Paulo Paim.

Convidados:

- Lélío Bentes Correa, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST;
- Gabriela Neves Delgado, Professora na UnB;
- Helder Amorim, Procurador do Trabalho;
- Luis Carlos Moro, Advogado Trabalhista; e
- Representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIST/UNICAMP.

### **Terça-feira (12/09)**

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE / Plenário 19, às 10h.

**PLC 85/15** (PL 1759/07), do deputado Michel Temer, que “Dispõe sobre as empresas de sistemas eletrônicos de segurança e dá outras providências” (entre outros aspectos, dispõe sobre sistemas eletrônicos de segurança - conjunto de programas de computador, aplicativos, equipamentos ou dispositivos eletrônicos de controle, armazenamento, detecção e informação de ocorrências que coloquem em risco a segurança de bens, de semoventes e de pessoas). Item nº 9.

Relator: senador Wellington Fagundes.

Parecer: pela aprovação, com duas emendas.